



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 49

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 30-09-2003

Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e três, no Auditório da Junta de Freguesia de Oliveirinha, sito na Vila de Oliveirinha, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, António Fernando Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Alberto Oliveira Neto, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Joaquim dos Santos Abreu, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Rui Manuel Pereira Costa, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Domingos José Barreto Cerqueira, Luís Miguel Capão Filipe e Marília Fernanda Correia Martins (entrou na sala às 19:00 horas).

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário, do pedido de “suspensão do mandato” pelo período de 150 dias (30/09/2003 a 02/03/2004) do vogal António Manuel dos Santos Costa, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, Rafael Alexandre Lopes Nevado.

Informou ainda a Assembleia do pedido de “Renúncia ao Mandato” do Vogal Henrique Manuel Morais Diz, lugar que passou ser preenchido pelo sucedâneo na lista de candidatura, Rui Manuel Pereira da Costa.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, do Vogal Jaime Simões Borges por António Fernando Ribeiro Martins.

Ainda nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Álvaro Patrício do Bem e Victor Manuel da Silva Martins, fizeram-se substituir, nesta reunião, por Alberto de Oliveira Neto e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. - Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. - Derrama para o ano 2004;

Ponto 3. - Taxa da Contribuição Autárquica para o ano 2004;

Ponto 4. - Concessão da obra pública e constituição do direito de superfície quanto ao pórtico da entrada do Parque de Feiras e Exposições;

Ponto 5. - Concessão da obra pública e constituição do direito de superfície quanto ao parque de estacionamento do Centro Cultural e de Congressos;

Ponto 6. - Concessão da obra pública e constituição do direito de superfície quanto ao parque de estacionamento da Praça Maia Magalhães;

Ponto 7. - Remuneração dos Membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados;

Ponto 8. - Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços não Urbanísticos;

Ponto 9. - Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral da EMA-EM.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 46 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e nove votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 47 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e nove votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 48 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta votos a favor e três abstenções.

Presidente da Mesa

“Estamos aqui reunidos porque a Mesa entendeu prosseguir com uma certa descentralização das reuniões da Assembleia Municipal. Irmos pelo menos às freguesias que não integram a cidade; nas freguesias da cidade não se justificará muito e nas outras é discutível. Mas tem sido agradável para a maioria dos membros da assembleia, tem sido agradável para as populações que se sentem lisonjeadas e alvo de atenção.”

Esta descentralização podia ser mais frequente — e não tem sido porque às vezes não há sítio, outras vezes os locais para a reunião não são tão cómodos como seria recomendável. E porquê Oliveirinha? Bem... aleatório! Independentemente do prestígio que o Presidente da Junta de Freguesia goza na democracia aveirense e pelo seu currículo, sem desprimor pelos outros Presidentes da Junta, para além disso, Oliveirinha é uma freguesia de grande dimensão e progresso — e é Vila! Na convocatória isso passou, na altura não me apercebi disso — é Vila. Para além de ser uma terra que tem nomes notáveis na vida regional e na vida nacional hoje em dia — e teve no passado.

Outras freguesias se seguirão naturalmente mesmo depois de estarmos na sede nova.

E estando aqui, permito-me saudar a população de Oliveirinha em nome da Assembleia Municipal que represento, e desejar-lhe sucesso colectivo, progressiva integração no todo municipal, e deferimento das suas reivindicações na medida das prioridades financeiras, deferimento das suas reivindicações de obras municipais e outras, nomeadamente – não me compete a mim decidir sobre isso — a delegação de competências de obras públicas custeadas pela Câmara, mas de gestão e exercício de administração da freguesia.

Em termos de sublinhar o facto de estarmos aqui penso que não será compreensível que diga mais do que isto.

Muito obrigado pelo acolhimento.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD):

“Quanto mais não seja, só pelas palavras que Vossa Excelência Senhor Presidente dirigiu e os encómios que teceu à população de Oliveirinha e ao Presidente da sua Junta, já valeu a pena. Só por isso já valeu a pena!

Mas depois quando ouvi Vossa Excelência dizer que Oliveirinha crescentemente deve ser motivo da atenção do município, então ainda mais conseguida foi esta reunião. Façamos votos de que assim seja.

Se me permite, eu começava por citar Churchill que dizia que, «a política faz-se, fazendo». E partindo deste pressuposto, deste pensamento (eu não trago nenhum discurso, trago aqui uns simples apontamentos. Porquê?), Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, hoje mesmo percorri todo o troço do IC 1 com o empreiteiro da obra, obviamente analisando (posso-vos dizer que fiquei cheio de lama, mas com muito prazer, e muita chuva), todos os impactos negativos que esta obra está a causar na população desta freguesia.

Penso que conseguimos, Senhor Vereador Eduardo Feio, a resolução de algumas questões de gritante urgência. São pessoas sensatas. O meu elogio à empresa “Rosas Construtores” e ao seu Presidente do Conselho de Administração que me acompanhou, que deferiu algumas pretensões da Junta de Freguesia de Oliveirinha, no sentido de irmos ao encontro das exigências da população, que são justas e em muitos casos estão afectadas em grande parte pela passagem desta importante via cujas vantagens locais são relativas. Mas enfim, o progresso é isto mesmo.

Senhor Presidente, então permita-me que dirija aqui umas palavras de saudação:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal – Dr. Carlos Candal,

Senhor Presidente da Câmara – Dr. Alberto Souto,

Senhores Deputados Municipais,

Caros Colegas Presidentes de Juntas (por inerência Deputados Municipais, obviamente não me podia esquecer de vós porque sistematicamente eu ando aí prelo país e vejo que muita gente se esquece de nós – mas há que lembrar),

Senhores Representantes da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

A vinda da Assembleia Municipal a esta terra é para nós subida honra e a atitude descentralizadora vem ao encontro do nosso entendimento da essência da democracia participativa.

Bem-vindos pois a esta terra de gente ordeira, empreendedora e trabalhadora, e de figuras de primeiro plano da vida nacional como foram José Luciano de Castro, Francisco de Castro Matoso Corte Real, Tomé de Barros Queirós, Arnaldo Vidal — e porque não dizê-lo, na actualidade Carlos Caniço, Nogueira Leite, entre muitas outras figuras de gente importante desta freguesia, que são figuras de referência da vida nacional aos mais variados níveis. E porque não também referir os excelentes empresários que temos — alguns de referência nacional nos seus ramos de actividade e particularmente um, que deve ser orgulho de todos nós, pela sua capacidade para exportar a partir desta freguesia e competir nos exigentes mercados da união europeia a preços mais elevados que os desses países. Isto não é comum no nosso país! E eu tenho muito orgulho neste nosso empresário — sem nenhum desprimor para os outros — por esta postura, por esta afirmação em terras, em países, onde a evolução e o desenvolvimento é mais acentuado. E ele com os seus produtos, a sua qualidade, está a entrar naquele mercado e a competir vendendo mais caro os produtos nacionais do que os produtos desses países. Portanto, está de parabéns e refiro-me concretamente ao Senhor António da Cunha Lameiro, o proprietário da “Diatosta”.

Depois, também não posso esquecer a figura intrínseca da sociedade portuguesa, incontornável, importante, e muitas vezes esquecida, do chamado núcleo político do nosso país, os chamados “homens do pensamento político”. Esquecem-se sistematicamente de uma classe de gente sacrificada — o nosso povo (e que já foi a esmagadora maioria), os agricultores. Eu quero tecer aqui um elogio aos agricultores da minha terra e aos agricultores do país em geral. Esta gente... posso-vos dizer que estes agricultores também nesta terra fizeram história e deram nome nos idos anos da 2.ª Guerra Mundial, os agricultores de Oliveirinha eram considerados “os novos americanos”. E porquê? Pela excelência dos produtos que tinham, pelas produções e qualidade desses produtos e também obviamente pelos proveitos que conseguiam. Daí o epíteto de “os novos americanos”. Mas ainda hoje, na actualidade, temos aqui empresários num sector tão difícil, tão incompreendido e tão pouco apoiado — também por culpa dos próprios diga-se, porque a agricultura do minifúndio, meus senhores (desculpe lá senhor presidente, mas vem a talhe de foice referir isto) a agricultura do minifúndio é sistematicamente abandonada pelo nosso país. Os agricultores que recebem as ajudas são, 2% dos agricultores recebem 95% dos subsídios e são sistematicamente grandes agrários - como diria o Partido Comunista e o meu querido amigo António Salavessa. Eu vivi essa vida intensamente e chocava-me a mim que houvessem agricultores no meu país que recebiam só de subsídios 150 mil contos por ano! Meu Deus que desequilíbrios! Nós não fizemos aquilo que devíamos ter feito. Também por culpa dos próprios; a culpa em Portugal não pode ser dos outros. Nós temos sistematicamente o hábito de atirar as culpas para os outros: “a culpa é dos outros!” Não, a culpa também é nossa. E eu devo-vos dizer que este discurso é o que eu faço por esse país fora, nesta muito honrosa função que tenho de Presidente da Associação Nacional de Freguesias e de grande satisfação e enriquecimento pessoal ao nível do conhecimento, do relacionamento das pessoas institucional, da riqueza cultural, embora ao nível material fortemente empobrecedor. Espero que a Câmara de Aveiro diga alguma coisa a esta matéria.

Eu precisaria de assessorias técnicas, a Junta de Freguesia não tem capacidade para aguentar isso, mas pode ser que a Câmara de Aveiro ajude.

O tema, sempre inacabado, Senhor Presidente se me permite, o tema Urbano/Rural, que eu tenho sempre presente nos nossos debates, e o Senhor Presidente da Câmara não me leva a

mal por aquela frase costumeira que eu digo, mas com sentimento, mas é verdade..., “nós os rurais”; os das freguesias rurais Senhor Presidente.

Também no Concelho de Aveiro, e digo-lhe, não só o Concelho de Aveiro, mas também no Concelho de Aveiro não somos tratados como merecemos. Também aqui, se calhar, por culpa própria! Cabe-nos a nós, ter uma postura reivindicativa, com correcção – como sabem que é meu timbre, mas reivindicativa daquilo que é os direitos, na perspectiva nunca conseguida desde que eu sou autarca (e já lá vão dezassete anos desde que eu sou presidente da junta – autarca já sou há mais de vinte e cinco), de fazer um desenvolvimento sustentado e sustentável do Concelho de Aveiro, perspectivando a diminuição das assimetrias. Esta situação manteve-se com o Dr. Girão Pereira, manteve-se com o Prof. Celso Santos, e mantém-se com o Dr. Alberto Souto. Eu percebo que as solicitações do tecido urbano são mais fortes. Eu percebo e admito que o investimento pesado tenha de ser feito nos centros urbanos, mas Senhor Presidente, um município é tanto mais digno, acrescenta dignidade à sua função, se for capaz de investir no todo municipal, perspectivando um desenvolvimento harmonioso desse mesmo município. Infelizmente assim não tem sido em Aveiro. Eu espero, Senhor Presidente da Câmara, lembrando uma questão que me referia no fim do anterior mandato, que este era o mandato do mundo rural.

Agora que está terminada aquela obra emblemática do estádio, que está inaugurado o Parque Marquês de Pombal (que não é investimento da Câmara mas pronto, é mais uma bandeira), que vai ser e está terminado o teatro aveirense, que a Assembleia Municipal está também brevemente para ser inaugurada, já são muitas obras no centro urbano Senhor Presidente, bastaria o dinheiro duma dessas obras de bandeira que ficasse por fazer para que fosse desenvolvido um conjunto de questões de inquestionável interesse e prioridade para a vida das populações rurais.

Eu costumo dizer que chegou a fase do realismo. Nós entrámos na fase do realismo! E nós portugueses temos que ter consciência de que os recursos não sendo extensíveis, não dando para resolver todos os problemas tem que se hierarquizar a despesa, e é essa hierarquização que é uma luta que eu travo há muitos anos que tem que ser feita na perspectiva do interesse fundamental à vida digna das populações e das comunidades sejam elas urbanas ou rurais. Obviamente sabem que eu não tenho nada contra o mundo urbano, antes pelo contrário, gosto imenso e gosto muito da minha cidade. Eu costumo dizer: gosto muito das coisas belas da vida - a todos os níveis, mas também tenho uma forte consciência de que quando o dinheiro não chega para tudo, há que hierarquizar despesa e aplicá-la onde ele é mais necessária, para tornar possível uma vida digna das pessoas.

Desde logo Senhor Presidente, obras de bandeira para esta freguesia: eu espero que tenhamos um novo espaço de feira, a Junta de Freguesia é capaz de só por si resolver esse problema – basta que tenha os recursos financeiros. Não tem! Porque dinâmica ela tem; vontade ela tem; os caminhos que há a percorrer também sabe. Falta-lhe os recursos financeiros e o apoio técnico inerente à falta desses recursos financeiros. Se a Câmara de Aveiro quiser também se dignifica ao propiciar à população de Oliveirinha, ao seu centro urbano, uma mudança qualitativa e disciplinadora desta vida comunitária, criando um novo espaço de feira e obviamente transformando o actual espaço de feira num jardim local que ficaria belíssimo e tenho a certeza que havendo esse espaço feito com um centro cívico, com o local aprazível que é, com aquele casario típico da aldeia à volta, eu tenho a certeza que os urbanos sentiriam vontade de vir passar um bocadinho àquele espaço de feira, aquele jardim. E sentir-se-iam bem! Além do mais porque tinham ali circuitos pedestre-ciclistas (pode ser assim), que poderiam – com o cheirinho das árvores e do pinhal, dá saúde e enfim, respirar a plenos pulmões. Isso é possível aqui também em Oliveirinha. É fundamental que se faça este desenvolvimento.

Depois perspectivando também que o município de Aveiro, sendo o município de referência nacional de 1.º, no computo dos municípios portugueses, sendo referenciado com um pólo de desenvolvimento nacional e importante. Eu ando pelo país e ouço: “ah, vocês em Aveiro...”, as pessoas vêem-nos com muita admiração, mas depois quando alguns me visitam dizem assim: “como é que é possível vocês terem por exemplo a rede viária como têm?! Como é que é possível?” As pessoas ficam espantadas.

Mas hoje não é para acusações, são apenas lamentos.

Ó Senhor Presidente, uma outra questão que eu fiquei hoje..., reflecti com ela, com as pessoas que já referi aqui, reflecti com essas pessoas, sobre uma coisa que não me leve a mal o Senhor Presidente da Junta de Cacia, não tenho nada contra Cacia, mas eu sempre ouvi dizer e no PUA, o Mercado Abastecedor estava na freguesia de Nossa Senhora de Fátima/Oliveirinha, ali naquela interface das duas freguesias; mas afinal eu estou a ver o Mercado Abastecedor a ser colocado lateralmente no município de Aveiro, para lá chegar é preciso ir pelo município vizinho, enquanto que a Freguesia de Oliveirinha/e a de Nossa Senhora de Fátima, aquele núcleo central de ligação das duas freguesias, é um centro importante do município de Aveiro. Geograficamente, em termos de acessibilidades, da funcionalidade dessas acessibilidades, em termos de afluxo das viaturas que irão transportar os produtos que nesse mercado se comercializam.

Senhor Presidente, eu estou certo, e o Senhor Presidente da Junta de Nossa Senhora de Fátima não deixará de me apoiar neste pensamento – nós estamos certos de que o Mercado Abastecedor de Aveiro vai ser colocado no sitio onde foi previamente estabelecido que seria colocado, para bem de Aveiro, de um equilíbrio geográfico, da facilidade de acessos, enfim, a todos os níveis. E depois Senhor Presidente, tem a solução na mão – por aquilo que me apercebi, vossa excelência pode resolver facilmente esta questão.

Mas a vida de Oliveirinha, como sabem eu também pratico aquilo que era o pensamento de Churchill “a politica faz-se, fazendo”, eu sou mais de fazer do que de falar – embora também goste de falar obviamente, mas acho que nós nos dignificamos com obras, com provas dadas, com acções concretas.

E a população desta terra é muito assim; vocês não vêm aqui, apesar de nós termos divulgado massivamente, é costume. As pessoas andam a trabalhar! É uma gente laboriosa aqui, como os senhores imaginam. Se isto fosse ao Domingo se calhar estavam, aqui montanhas de gente (ou Sábado à noite); as pessoas estão a trabalhar, têm a sua vida e estão numa actividade frenética e por essa razão também, merecem ser apoiadas pelo Executivo Municipal.

Senhor Presidente, para não me alongar eu diria que, ainda no desporto – agora também vamos ter a inauguração do relvado Senhor Presidente, do complexo desportivo de Oliveirinha que está finalmente pronto (a relva), falta o resto das coisas, enfim, investimento da Câmara Municipal de Aveiro, e complementado naquilo que é acessório mas não menos importante, das zonas envolventes, pela Junta de Freguesia, penso que criámos dentro a modesta e singeleza do espaço, penso que temos ali um espaço muito agradável, que também há-de honrar ao nível desportivo distrital o município de Aveiro e obviamente desta freguesia. A equipa local começou muito mal, teve três derrotas seguidas, agora já começou a senda da marcação dos pontos, vitórias e tal, porque se desculpavam que não tinham sitio para treinar, não tinham sitio para jogar, andavam feitos quais saltimbancos, por aí. Mas agora o pelado já funciona, vamos lá ver se as coisas também estabilizam a nível desportivo. Mas a nível desportivo eu quero-vos referir uma coisa sempre esquecida nesta freguesia e no município de Aveiro e na comunicação social.

Senhores da Comunicação Social, nós temos uma jovem atleta que vai dar que falar a nível mundial. Eu quero-vos alertar para isso! Se a virem não dão nada por ela, tem 13 anos apenas! Esteve há dias – o Senhor Presidente da Câmara já sabia disto que eu já lhe tinha

dito, esteve há dias na República Checa, num estágio da sua área específica com gente de toda a União Europeia. Foram escolhidos 4 atletas – os melhores (eram todos os melhores), e ela integrava um dos 4 melhores desses atletas. Trata-se da “Leila Oliveira”, uma jovencinha de 13 anos, que é além do mais uma excelente estudante – estudante de top (tudo cincos), é duma família muito humilde e é uma excelente praticante de ténis de mesa da Secção de Ténis de Mesa da Casa do Povo Local. É também motivo de satisfação para nós todos pelo trabalho que a Casa do Povo de Oliveirinha e a sua secção de ténis de mesa está a fazer. Eu posso-vos dizer que a equipa está empenhada em ingressar na primeira divisão, no top da disciplina a nível nacional e muito tem dignificado o Município de Aveiro, e hoje compete com as melhores equipas do seu plano neste momento nessa matéria.

A Leila Oliveira, invariavelmente – só para vos citar uma coisa – quando compete contra seniores ganha sempre. Ela só tem treze anos, não pode..., nos campeonatos oficiais ainda não está autorizada a participar nos campeonatos de seniores, mas ela quando vai competir com os seniores em certos torneios, ganha sempre.

Era só isto para sintetizar, terminando e imbuído mais daquele espírito que o Churchill nos transmitiu: “a política faz-se, fazendo”.

Obrigado pela vossa presença.”

Presidente da Mesa

De seguida e nos termos do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra o munícipe, Armando Silva Carvalho, que veio à Assembleia entregar cópia de um abaixo-assinado subscrito por 1287 pessoas, que constitui uma «*expressão inequívoca da indignação e protesto pelo aumento da tarifa de resíduos sólidos (taxa do lixo), bem como da indexação da mesma ao consumo da água*». ▲

Não havendo mais munícipes para intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia:

Vogal Orlando terra Sêca (PS)

Vogal António Manuel Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar para felicitar o Senhor Presidente da Junta da Vila de Oliveirinha, pelo maravilhoso espaço que aqui tem (que eu já tive ocasião de ter visto antes), e dizer-lhe que estou muito satisfeito, pessoalmente, por estar aqui. É uma terra onde tenho os meus melhores amigos, onde o meu chefe também é residente, e portanto, é uma terra que

também me diz alguma coisa, que me diz muito apesar de não vir aqui com muita frequência.

Senhor Presidente tenho um problema técnico que lhe gostaria de pôr. Eu estou a usar do tempo que me deu, mas eu quero fazer um protesto, não sei se faz parte se não..., (sempre?!). Eu já sabia por isso é que... (faz favor de por o cronómetro a contar para trás), é o seguinte:

Eu fiz no dia 26 de Maio passado umas perguntas à Câmara através de Vossa Excelência usando uma figura regimental conhecida e no dia 9 de Julho novamente outra consulta à Câmara através de Vossa Excelência, das quais não me foi dada qualquer resposta.

Passaram o prazo que está previsto na lei e nada me foi dito. Eu até tive a fineza de mandar uma segunda carta a Vossa Excelência, lembrando-lhe esse problema e nada aconteceu.

Eu acho que é um desprezo que o Executivo mostra pelos munícipes e não por mim em particular, e pela função fiscalizadora que a Assembleia tem. Eu gostaria de saber o que é que se faz nestas circunstâncias, porque de facto eu não posso protestar para lado nenhum? A lei não diz nada e eu não sei o que é que eu hei-de fazer! De maneira que vou apelar a vossa excelência Senhor Presidente, para resolver o problema, porque foi a si que eu em primeira mão fiz o pedido e foi através de si que o pedido chegou à Câmara Municipal. E eu acho isto tudo um desconforto imenso, porque de facto a Câmara tem obrigações, tem obrigações para com esta assembleia, para com os munícipes e para com os aveirenses, e não as cumpre – neste caso concreto. E era nesta fase que eu deixaria ficar o protesto, ouço com atenção a resposta que o senhor poderá dar e depois iniciarei a minha intervenção relativa ao Período de Antes da Ordem do Dia, se me permite.”

Presidente da Mesa

“Fiquei assustado, porque eu sou a favor dos protestos, mas pensei que era contra mim ou contra a Mesa, e não é! Porque a Mesa desenvencilhou-se bem do trânsito da 1.ª e da 2.ª carta que fez chegar ao seu destino — e não era Garcia, era ali perto.

Realmente é uma lei explícita e, portanto, nada posso fazer, porque não tem nível europeu (não sei se voltarei algum dia ao parlamento nacional) – nada posso fazer. A única coisa que posso é pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que logo que tenha um... não é por desconsideração que não foi respondido, naturalmente, ou por dificuldade em movimentar os serviços, ou por falta de todo em todo de tempo; e o tempo tem de ser hierarquizado.

Limito-me, portanto, a pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que logo que possível (se é que já não foi no entretanto), que dê resposta às suas legítimas perguntas. Mais do que isso não posso, é evidente.”

Vogal António Manuel Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Já agora e se me permite, eu queria dizer-lhe que os temas são naturalmente difíceis provavelmente de responder – e é por isso que não vieram: são as dívidas à SUMA e as dívidas à SIMRia. Portanto, a única conclusão política que tenho que tirar é essa, não posso tirar mais nenhuma.

Em relação ao trânsito a seguir provavelmente só pelo Ministério Público – é a única coisa que me resta, e fazer protesto junto da comunicação social desta circunstância.

Senhor Presidente, eu gostava de continuar e em primeiro lugar, congratular em meu nome e em nome do CDS do concelho, pela recente nomeação do Senhor Doutor Girão Pereira para Vice-presidente da Comissão Coordenadora da Região Centro. É um homem que conhecemos bem e portanto, isto é uma nomeação de vulto. É um cargo importante e nós devemos estar todos contentes com esta circunstância.

Para além disso, no último fim-de-semana o Senhor Doutor Girão foi também eleito para um cargo no meu partido e também isso me satisfaz, uma vez que ele estava digamos assim afastado das lides partidárias e pelo menos entrou novamente nesse regime.

Senhor Presidente, em relação ao estádio eu gostava de felicitar todos os aveirenses pela conclusão do estádio. De facto é uma obra importante, marcante, ninguém o nega, mas nós temos tido sempre uma atitude e o Senhor Presidente da Assembleia normalmente é um dos que mais preponderante tem vincado este ponto. Normalmente nós dizemos mal de Coimbra e dizemos que Coimbra nos rouba tudo, e de facto desta vez foi mesmo a sério: a inauguração do Estádio de Coimbra foi fantástica; teve direito a palmas, a “bis”, e nós, sem desprimor para ninguém, chamámos aqui a comunicação social para dizer que tínhamos acabado de pôr o último azulejo na última porta!? É de facto a realidade. Quer dizer, não vale a pena a gente discutir porque isto é assim. A culpa é nossa porque nós aveirenses muitas vezes dizemos mal dos outros, mas não fazemos nada. Eu gostava de perguntar à Câmara o que é que vai ser do Estádio? Hoje temos uma obra importante, gastámos muito dinheiro na obra e eu gostava de saber o que é que vai acontecer: se nos vai dar prazer? Se vai ser um gaste de dinheiro e um sorvedouro de dinheiro para toda a gente? E de facto essa é uma preocupação muito grande! Eu gostava de saber o que é que a EMA fez? Para já, já perdeu o 1.º round, é óbvio! É óbvio que perdemos o 1.º round a favor de Coimbra — o que muito me desgosta, mas é verdade! Contra factos não há argumentos (já dizia não sei quem, mas alguém disse isso; não sei se foi o Churchill ou se foi o Kant, mas alguém deve ter sido).

E agora eu só gostava de pôr aqui algumas coisas mais, e perceber hoje que acabámos a obra — eu nunca falei nisto porque acho que não é correcto. Eu estive hoje a fazer uma retrospectiva “internética”, “internáutica”, sobre os custos das obras dos Estádios e nomeadamente o de Aveiro. E cheguei a uma conclusão brilhante: não há objectividade, consistência, rigor, em todos os números que o Senhor Presidente e o Presidente da EMA têm mandado cá para fora. Não há!? Vocês somem, que aquilo nunca dá certo. A única coisa que eu sei é que são sessenta milhões de euros. E vejamos: o projecto em fase de projecto eram 30 milhões e mais os dinheiros do Estado deviam ser 40,5 milhões (eu estou a falar apenas e só, e posso mostrar tudo pelas declarações do Senhor Presidente e do Senhor presidente da EMA à comunicação social). Em 25 de Setembro de 2001, no arranque das obras, já íamos em 53,5 milhões de euros. Ou seja, 43 milhões para o estádio, mais o resto do Estado. Em 14 de Março, quando veio cá o Senhor Engenheiro António Guterres, 44,5 milhões, mais não sei quanto, não sei quanto — 55 milhões!? E agora, fantástico: o Senhor Presidente da EMA, ontem (e tenho ali o jornal também se pode ver), disse que só tinha tido uma derrapagem de 5%.!? Por mais contas que faça não consigo perceber isto. Então são 46 milhões de euros, mais 5 milhões que entretanto tiveram que gastar nas acessibilidades que não estavam à espera!? Mais, em vez de serem 10,5 milhões que o Estado dava, são só 9 — então isto dá 60 milhões! Eu realmente não estou preocupado com o dinheiro, quer dizer, o dinheiro é muito, foi uma decisão do município, o município decidiu assim está bem decidido, eventualmente. Mas eu quero saber é o rendimento que este dinheiro que nós gastámos, os sacrifícios que nós vamos fazer, os sacrifícios que o outro desporto vai ter que fazer? Onde é que isto vai ser rentabilizado, e como? É isso que me preocupa.

Claro que me preocupa politicamente estas incongruências do sistema e estas incongruências do discurso, porque significa que não tivemos a coragem na altura do lançamento de ter dito que isto ia custar 60 milhões. Depois até podia ter custado 46 que só ficava bem, mas não conseguimos dizer que custava 60 milhões, porque era difícil de dizer ao povo que custava 60 milhões — e é esse o problema político, é essa a situação que nós temos que avaliar. Nós temos que começar por dizer e fazer um discurso de verdade e isto

não é um discurso de verdade. Quando dizem que aumenta 5%! Por amor de Deus! É só pegar num lápis e num papel, e é isso que passa depois na comunicação social. E é isso que nós não podemos calar. Não podemos calar a nossa indignação perante isto! Eu gostava de saber, e gostava hoje de fazer um apelo ao Senhor Presidente, para que nos diga como é que este dinheiro vai ser rentabilizado, e como é que este dinheiro que é igual (o montante do estádio) àquilo que recebe anualmente dos contribuintes, do Orçamento. Mesmo que invente que tem um Orçamento de 120 milhões de facto o Orçamento prático é de 60 milhões —é igual! Eu de facto gostava de saber como é que isto vai ser rentabilizado? E para já Senhor Presidente tudo e muito obrigado pela atenção dispensada.”

Presidente da Mesa

Vogal João Barbosa (PS)

Presidente da Mesa

Jorge Nascimento (CDS/PP)

B

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

“Quería antes de mais associar-me a todos aqueles que cumprimentaram o Senhor Armando Vieira (o nosso anfitrião de hoje), e cumprimentar nele todo o trabalho que os Senhores Presidentes de Junta têm vindo a efectuar. O Senhor Armando Vieira é um dos decanos, um dos mais antigos autarcas em exercício no Concelho de Aveiro. Tem assistido a todo o nosso desenvolvimento ao longo destes anos. É uma testemunha e um agente privilegiado e empenhado desse desenvolvimento e aprendemos ao longo dos anos a reconhecer nele um conjunto de qualidades, de dedicação à sua terra e à causa pública, que faz com que as pessoas sucessivamente lhe renovem a confiança, e que ele cause sucessivas dores de cabeça aos presidentes de câmara com quem tem lidado. Mas são boas dores de cabeça porque as nossas preocupações são as mesmas evidentemente. Todos nós queremos o melhor possível para Aveiro e para todas as freguesias e, portanto, tem sido um prazer trabalhar com o Senhor Presidente Armando Vieira — e aos poucos lá vamos fazendo política, fazendo coisas. É verdade que não conseguimos fazer sempre coisas, é verdade que não conseguimos fazer sempre ao ritmo e com a qualidade que desejaríamos. Mas, olhando para trás, está muita coisa feita, valeu a pena; vale certamente a pena continuarmos a trabalhar. Há muito para fazer em Oliveirinha, como há muito para fazer em Aveiro. E é isso que eu penso da política. Quando nós autarcas chegarmos à conclusão que está tudo feito é melhor passarmos o testemunho a outros com mais ansiedade, com outra inquietude, e enquanto sentirmos que há coisas para fazer vale a pena lutar por elas. Mas, dito isto, estamos depois muitas vezes em desacordo, como é claro.

Eu acho que o Senhor Presidente Armando Vieira, agora que é Presidente da Associação Nacional de Freguesias, tem uma visão mais abrangente, mais nacional, do que se passa por essas freguesias e das relações que se estabelecem entre as câmaras municipais e as freguesias e ele poderá contar-nos que não encontra muitos casos por esse país fora, em que as câmaras municipais num contexto de dificuldades financeiras como aquele que estamos a atravessar, continuem a transferir subsídios financeiros e delegação de competências para as juntas de freguesia, num contexto que é o conhecido e não estando legalmente obrigados a fazê-lo.

O que o Senhor Presidente da ANAFRE tem certamente solicitado junto do Governo (e já o ouvi a fazer declarações públicas sobre isso) é de que reforce a Lei das Finanças das freguesias. E é esse o caminho: as freguesias de facto não têm meios. E no contexto em que as câmaras também não o têm não podem de facto estar à espera que as câmaras acudam a todas as aflições. Mesmo assim a Câmara de Aveiro, neste quadro de recessão económica.

e portanto de quebra de receitas indirectas e de quebra de receitas directas, mesmo assim a Câmara tem pontualmente cumprido os compromissos assumidos quanto à transferência de subsídios extraordinários para as Juntas, e está a cumprir as transferências de verbas associadas à delegação de competências — que convém que todos aqui tenham presente. Porque tem havido alguma simplificação na forma como este assunto tem sido tratado. As delegações de competências que a Câmara assumiu transferir para as Juntas de Freguesia, são isso mesmo: são competências da Câmara! São competências da Câmara, não são competências da Junta, são competência da Câmara. E quando nós delegamos competências que são nossas temos de transferir os correspondentes meios e, portanto, só o podemos fazer quando temos meios nossos para transferir, para outros desempenharem aquilo que são funções nossas. E achamos que há ganhos a fazer com isso, porque de facto a relação de proximidade que as juntas têm com as pessoas e com os problemas e com o tipo de matérias que são alvo das delegações de competências, é um ganho e é uma hipótese de sermos mais eficientes, mais rápidos, desempenharmos melhor as nossas funções.

Também todos perceberam que num contexto de grandes dificuldades não seja sempre possível fazer isso, porque é preciso ter meios. Nós não queremos fazer como o Governo (deixem-me deixar uma nota política), que transfere competências para os municípios e não só não lhe transfere os correspondentes meios — como ainda lhe retira verbas. Isto nós não queremos fazer na nossa relação com as juntas de freguesia e, portanto, atrasámos de facto durante algum tempo essa transferência de competências. Mas de resto, se Aveiro cumprisse estritamente a Lei das Finanças Locais e a Lei das Receitas das Autarquias e em particular a Lei das Finanças das Freguesias, as freguesias em Aveiro estariam com muito menos recursos porque recebem além disso uma verba por mês que está protocolada e recebem além disso, uma verba que é delegada a título de transferência de competências. Isto convém ser dito, para nós todos termos presente qual é o tipo de censura de que a Câmara é passível neste processo. Eu penso que se olharmos para o país todo, a Câmara de Aveiro deve ser das poucas (no momento nacional), que está a fazer esforço financeiro suplementar com as suas Juntas de Freguesia. É claro que há câmaras poderosas (são todas câmaras diferentes), mas em geral, nos trezentos e cinco municípios do país (trezentos e oito se contarmos com as demais insulares, não é), penso que seremos dos poucos que está a fazer este esforço suplementar de reforçar as finanças das freguesias numa situação de recessão técnica.

Bom, e depois é claro que nós gostamos todos e faz parte do nosso sentido de equilíbrio e de justiça social defendermos a diminuição das assimetrias em todo o país e também no nosso Concelho, entre as freguesias mais centrais e as mais periféricas. Essa preocupação é legítima e é saudável. Já não é rigoroso — podemos ter a ilusão de podermos ter ou devemos ter as freguesias todas iguais; de modo nenhum! O que é necessário é que as pessoas nas freguesias mais recônditas, mais afastadas dos centros, possam ter acesso aos bens que são fundamentais: ao saneamento, a boas escolas, a bons equipamentos desportivos; isso é que é fundamental. Boas estradas, isso é que é fundamental. Agora, felizmente para nós, nós temos um concelho que tem uma diversidade paisagística de usos, de economias, de distribuição e de ocupação do território que faz a nossa força, não faz a fraqueza. A dignidade é que tem de ser a mesma para todos e aí todos estamos de acordo, há situações ainda que nos envergonham e que nos estimulam a procurar fazer cada vez melhor. Mas eu nunca..., reajo sempre e contrário ao Senhor Armando Vieira, quando ele diz que nós só olhamos para o centro não olhamos para as freguesias! Com certeza que olhamos para os centros, tínhamos que o fazer, é também no centro da cidade que vive a maioria da população e nós temos de responder às solicitações da maioria da população e temos que respeitar o nosso património e temos que investir fortemente bem no centro da

cidade, porque todos nos servimos dele – não apenas aqueles que lá moram – mas todos nos servimos de equipamentos estruturantes e essenciais que ali ficam. Mas não temos de decorar o trabalho das Juntas, mesmo... simbolicamente, eu só queria referir que nos últimos anos esta câmara já construiu, que eu me recorde assim de repente, quatro ou cinco sedes de juntas de freguesia. Isto diz bem (ouvem-se vozes de discordância) ... mas pagou totalmente, não foi com fundos do Estado, excepto uma coisa ou outra (talvez uma ajuda para os equipamentos). Estão aqui os Senhores Presidentes de Junta que o podem comprovar.

Construímos a sede da Junta onde nos encontramos; construímos a sede da Junta de Aradas; construímos a sede da Junta de Eixo; construímos a sede da Junta da Vera Cruz; pagámos inteiramente a sede da Junta de Santa Joana que estava já pronta quando chegámos à Câmara. E portanto, que não nos acusem a nós, naquilo que é simbólico e é um sinal político, que é o reforço e a melhoria das condições dos autarcas, das juntas de freguesia poderem trabalhar, de não ter feito o melhor que era possível fazer. Estamos a ficar com um conjunto de sedes de juntas de freguesia que é dos melhores do país. Além disso, temos feito investimentos estruturantes e marcantes para todo o concelho, em freguesias que não são a Glória, nem a Vera Cruz, apesar dos Senhores Presidentes da Glória e da Vera Cruz tanto se queixarem de outros investimentos que lá gostariam de ter. Em Esgueira, que também é uma freguesia já muito urbana, recomeçou a obra do Centro Cultural de Esgueira que era uma velha ambição. Em Cacia, todos sabem que estamos a desenvolver o projecto da Pista de Remo; em Nossa Senhora de Fátima, projectámos o Mercado Abastecedor que foi aqui previsto e que com os dados e com a informação que temos neste momento, continuamos a pensar que será a solução definitiva. E também tínhamos um pavilhão projectado e adjudicado até. Que se as circunstâncias... um pavilhão gimnodesportivo que não há em Nossa Senhora de Fátima e que se as circunstâncias o permitirem será ainda construído, mas teve que ser adiado. Em Aradas, tivemos a coragem política de construir lá o Arquivo Distrital, quando a decisão anterior era de o colocar no centro da cidade. Em S. Jacinto avançámos com o “Ferry”; em Eixo relvámos o primeiro campo, como relvámos agora o campo de Oliveirinha. Enfim, eu sem querer ser exaustivo e assim de cabeça, nós de facto..., há equipamentos estruturantes, escolas novas, etc., que têm vindo a aparecer um pouco por todo o lado e de que muito nos orgulhamos porque temos tido essa preocupação de não concentrar apenas os investimentos e ter, portanto, uma lógica, que é uma lógica de aumentar essas assimetrias e não reduzi-las. É claro que o sistema viário está degradado. Mas está degradado pelas boas razões, porque esta Câmara teve a coragem não de fazer obras de bandeira, mas de fazer obras que causam incómodos, são chatas, afectam o nosso dia-a-dia, que é a rede de saneamento. E a rede de saneamento, só falta mesmo a freguesia de Oliveirinha e o Senhor Presidente da Junta sabe porquê. Mas vamos para meados deste ano ter todos a alegria de poder dizer que Aveiro tem a taxa mais alta de cobertura da população, em termos de rede de saneamento. Só algumas câmaras no Alentejo (câmaras pequenas no Alentejo), em que o PCP, e dadas também as características do terreno, apostou há muitos anos a esta parte na rede de saneamento, é que vão poder mostrar o mesmo. E portanto, o martírio, que é um martírio para quem tem que usar todos os dias das vias degradadas, vai acabar e está a acabar; já notam a recuperação que se tem vindo a efectuar em muitas freguesias. Já se notam. Há muitas vias já a ser recuperadas, que o digam os autarcas de Cacia, de S.^{ta} Joana, de Esgueira, de Aradas. As obras de recuperação dos pavimentos já começaram e eu quero mesmo convidar os senhores jornalistas e os senhores deputados, daqui a umas semanas, a fazermos a volta dos pavimentos repostos, que vos vai trazer boas memórias dos buracos que tiveram que passar e que agora vão ver recuperados. Acho que é uma iniciativa que me dará muito gosto, porque de facto as críticas foram feitas, são justas,

esquecem que estas coisas levam algum tempo a fazer, mas depois vamos ter tudo: saneamento e vias boas; isso não obstante as dificuldades, está muito em curso, está quase a ser conseguido.

Bem, e depois claro também fazemos outras obras que têm algum impacto e que eu agora não vou recordar para não vos maçar. Já foram aqui evocadas.

Aqui em Oliveirinha temos aos poucos vindo a fazer um excelente trabalho, além da sede da Junta e da Unidade de Saúde conseguiram-se arranjos urbanísticos aqui importantes. Foi mesmo uma das poucas freguesias onde conseguimos construir algumas casas de habitação social. Eu fico muito satisfeito e penso que vamos ter também aí uma cerimónia para assinalar a inauguração do campo desportivo, porque de facto foi um projecto que encontrou da parte do Senhor Presidente da Junta um enorme entusiasmo. Ele meteu mãos à obra e provavelmente se fosse com os nossos meios directos digamos assim, teria sido mais devagar. E esta coordenação que foi possível fazer, a Câmara pagando e o Senhor Presidente da Junta dirigindo e estimulando as pessoas, está a dar belíssimos resultados e Oliveirinha vai ficar com o Parque Desportivo, com o campo relvado – é o terceiro campo relvado neste conjunto com o campo pelado ao lado, e de facto, um parque desportivo que com a piscina e com o polidesportivo coberto que tem, enfim, é uma etapa na qualificação dos recintos desportivos e nas oportunidades dos nossos jovens poderem dispor de instalações de grande qualidade.

Só então e para concluir esta fase das intervenções, queria deixar um cumprimento e uma palavra de regozijo e o desejo das maiores felicidades ao Senhor Doutor Girão Pereira e ao Senhor Professor Artur Rosa Pires. São dois aveirenses (eu meço bem as minhas palavras) que nos vão representar na CCDR, embora funcionalmente não seja essa a sua função. Mas espero e tenho a certeza porque são pessoas que gostam de Aveiro, trabalham em prole de Aveiro, e que saberão estar atentos à defesa dos interesses de Aveiro na CCDR. Penso que são duas excelentes escolhas, pessoas com quem vai ser possível trabalhar e que prestigiarão Aveiro no contexto político nacional, em especial através das funções que vão desempenhar.”

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar. Eram 20:30 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, António Fernando Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, João Alberto Simões Barbosa, Alberto Oliveira Neto, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros,

Armando Manuel Dinis Vieira, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Joaquim dos Santos Abreu, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, Rui Manuel Pereira Costa, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Domingos José Barreto Cerqueira, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Luís Miguel Capão Filipe e Joaquim Manuel Silva Marques.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade ao ‘Período de Antes da Ordem do Dia’.

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha, queria agradecer a forma como recebeu a Assembleia, e estou certo que essa forma de receber será certamente peculiar de todos os habitantes da povoação. Muito obrigado por isso.

Há pouco, quando ouvi o Senhor Filipe Neto Brandão referir a falta de resposta substancial por parte das entidades públicas à moção da Assembleia Municipal, classificando essa atitude de uma forma “de exercício sobranceiro do poder”, encontrei a forma adequada para lembrar aquilo que eu vinha dizer: aconselho-o que converse mais com o Senhor Presidente da Câmara e que lhe faça perceber, que deixar sem resposta requerimentos de membros desta Assembleia Municipal (que nem sequer acusa a recepção), é claramente uma forma “de exercício sobranceiro do poder”.

Aconteceu com o Senhor Deputado António Granjeia, aconteceu com o requerimento que todos os Senhores Deputados viram, que foi elaborado e apresentado na última reunião da Assembleia Municipal quando da votação da moção de censura.

Como devem estar lembrados nesse debate, o Senhor Presidente da Câmara que nunca de tal tinha informado a Assembleia Municipal, tirou da cartola uma negociação com a SUMA, que por nunca nos ter falado de tal coisa. Requeri que nos fizesse chegar as actas da câmara em que essa negociação teve forma final e o documento, nomeadamente, o envio do documento para o Tribunal de Contas. Ora, como passado tanto tempo sobre essa reunião da Assembleia Municipal não tenho nem as actas da câmara, nem o documento, nem a indicação do seu envio para o Tribunal de Contas – à falta de outra justificação, permitam-me que possa legitimamente pensar que o Senhor Presidente mentiu à Assembleia Municipal. Não sei se mentiu ou se não mentiu, mas até ao momento por falta de provas permitam-me que pense que o Senhor Presidente da Câmara mentiu à Assembleia Municipal.

Tivemos hoje, aqui, a apresentação de um abaixo-assinado relativo à taxa de resíduos sólidos. O Senhor Armindo Carvalho, disse o essencial daquilo que eu ia para dizer. Quanto aos argumentos eles já foram suficientemente esgrimidos na sessão em que discutimos a moção de censura; eu queria só deixar o seguinte apontamento: mais de metade das 1286 assinaturas foram recolhidas nos últimos dez dias. Portanto, não se trata de algo que esteja lá distante no tempo. Recentemente no mercado municipal, nas pontes, em contactos directos, falando com as pessoas, esclarecendo as pessoas (agora que já conhecem que a sua factura da água aumentou e que não percebem a razão), falando, a adesão foi espectacular! A adesão das pessoas ao abaixo-assinado foi espectacular. Nós pusemos a nós próprios o objectivo de o entregar até ao final do mês – está feito. Mas que não pense a Câmara que são apenas 1286 pessoas que estão a protestar. Este sentimento é certamente muito mais generalizado. E à medida que as pessoas vão tomando consciência daquilo que está a ser feito, penso que mais claro se torna esse protesto. Daí que, embora possa parecer para os senhores deputados e para a Câmara como sendo um assunto recorrente, ele continuará a ser abordado porque é justo que o seja — não é um assunto que possa ser esquecido. É um pequeno pormenor, é um pormenor que pode parecer à margem, mas que se tornou muito claro à medida que íamos falando com as pessoas. Quando a Câmara decidiu que a factura do saneamento, a factura da água, passava a ser uma factura cobrada de dois em dois meses o assunto era pacífico. Era água! E juntar uma pequena factura da água cobrada de dois em dois meses não era problema. Acontece que depois dessa decisão, depois desta prática ter sido instituída, houve a criação da tarifa do saneamento proporcional ao consumo da água, e agora a tarifa dos resíduos sólidos proporcional à água!? O que faz com que a factura que é emitida, nalguns casos, é já uma factura na violência, duplamente violenta. Porque pode-se dizer: que as pessoas um mês não têm, mas todos nós pelo menos aqueles que têm mais algumas dificuldades ou que não tem a largueza de bolsa que alguns felizmente terão, sabem que não é bem a mesma coisa. Pagar duas vezes um bocadinho não é a mesma coisa que não pagar nada numa vez e ter uma factura elevada no mês seguinte. Portanto, penso que é tempo, face aos valores que estão em causa, de a Câmara repensar o sistema de cobrança (os valores são elevados já) e de regressar portanto à factura mensal, abandonando o sistema actual.

Senhor Presidente há questões que foram abordadas por outros deputados da Assembleia Municipal neste ponto de antes da ordem do dia, nomeadamente as questões do estádio e outras que eu deixarei para a Comunicação do Senhor Presidente.

Antes de concluir, queria apenas deixar aqui um outro apontamento: termina no dia 15 de Outubro, salvo erro – o erro aqui é de um dia, poderá ser 14 ou 16, não sei bem – o período de discussão pública do estudo de impacto ambiental da marina da barra. Curiosamente, a marina da barra é entendida como sendo um problema de Ílhavo, dado que o documento está em discussão pública na Câmara Municipal, na Junta de Freguesia do Concelho, (na Gafanha pelo menos) e portanto, não se conhece fora daquela área (a não ser no Instituto do Ambiente), os locais em que este documento possa ser apreciado. Ora, pela dimensão do empreendimento que é projectado, pela sensibilidade do meio para onde ele está a ser pensado e por um conjunto de outras razões, parece-me que não é legítimo pensar que este é um assunto do exclusivo interesse do Município de Ílhavo. Portanto, acho que nos diz respeito a todos os que habitamos nesta região, sejamos de Ílhavo, de Aveiro, de Ovar. Eu fui à Câmara Municipal de Ílhavo, fui ler além do resumo não técnico, fui ver a síntese do estudo e fiquei preocupado, porque me pareceu por um lado que são invocados instrumentos de planeamento territorial ao que me parece não defendem aquele tipo de modelo, defendem outras coisas. É invocado também um parecer unânime da Associação de Municípios da Ria! Ora, se assim é, eu não podia deixar, como sendo eleito de um município que faz parte da Associação de Municípios da Ria, que deve

ter nela um papel importante, de deixar aqui claro que não me revejo numa decisão desse tipo. Há riscos enormes neste projecto e na implementação deste projecto, aliás, assumidos, só que depois falam em medidas de compensação que permitam-me que duvide dessas medidas de compensação, nomeadamente a recuperação de trinta hectares de salinas!? Sem dizer como é que elas vão ficar a funcionar, ou recuperar 10 hectares de sapal! Como se o sapal fosse uma coisa que se comprasse num hipermercado e que se pusesse num sítio qualquer. O sapal para ser recuperado, não é propriamente de um momento para o outro e por vontade de quem o queira recuperar. Portanto, as medidas de compensação que ali estão não me parecem credíveis; portanto é algo que não se devia ficar apenas por aquele município. Enquanto cidadão, procurarei participar e transmitir as minhas opiniões neste processo de consulta pública, mas eu acho que mais gente, mais aveirenses, deviam dizer algo a este respeito.”

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar apresento os meus respeitosos cumprimentos a todos. Em segundo lugar, uma referência que já foi feita aqui, de agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha, pela forma brilhante como recebeu esta Assembleia e que é muito positiva e que em agrada muito.

A minha intervenção vai no sentido de promover a defesa intransigente da freguesia que represento – a freguesia de Eixo.

Quero dizer que reina a indignação na maior parte da população pela maneira continuada e persistente, como a Guarda Nacional Republicana e a própria Polícia Municipal vêm actuando na freguesia. Fica-me até a impressão que quanto mais a Junta de Freguesia pede a colaboração da autoridade para suprir algumas falhas de segurança, mais a Guarda e a própria Polícia Municipal vão à freguesia só com o intuito puro e simples de recolher receitas, multando tudo e todos. Eu quero lembrar que há certa de oito anos, quando foi reabilitada a estrada nacional 230, como toda a gente sabe, é uma estrada sinuosa – em alguns sítios muito apertada, é aquilo que temos na freguesia porque a freguesia é milenária, e também por culpa do planeamento que ainda hoje tem na gaveta a famigerada variante de Eixo, por ali passam cerca de 15 a 20 mil viaturas diárias; e daí nasce a insegurança de pessoas e de bens. Muitas mortes já se processaram naquele troço de dois quilómetros e meio! Ultimamente, graças a Deus, os acidentes mortais diminuíram. E diminuíram porquê? Porque há cerca de oito anos a estrada foi reabilitada. Houve uma reunião com a Junta de Freguesia na altura (em que eu era já Presidente), em que o engenheiro responsável pela obra, planificou e mostrou-me a vantagem em estabelecer uma faixa de rodagem; delimitar essa faixa de rodagem com lancil deitado, e fazer uma espécie de passeio (que não tem o nome técnico de passeio) — são bermas elevadas com rampas de acesso. Esses passeios ou bermas elevadas, no projecto constava o asfalto; a ser guarnecido com asfalto. Mas com asfalto não daria muito bem e a freguesia tem a dignidade de Vila, a própria Junta levantou a questão à Câmara e a Câmara em boa-hora mandou guarnecer esses tais passeios com “vidraços” para tornar o centro histórico da vila (e foi só dentro do centro histórico) para tornar a situação mais agradável. Foi-nos garantido na altura pelo técnico, que esses espaços além da faixa de rodagem que serviriam para duas coisas: para proteger a população que caminhava ao longo da via e para estacionar as viaturas porque efectivamente não existem parques de estacionamento. O único parque de estacionamento que temos agora é em frente à Igreja e foi criado recentemente a expensas da própria Junta de Freguesia com os seus magros tostões – pedimos algum apoio à Câmara que não nos foi concedido! Foi a pedra de chão e os lancis

— não nos foi concedido. E como não nos foi concedido nós tivemos de fazer para não deixar ficar a obra a meio — para desanuviar a estrada dos carros.

Foi por mim feita uma exposição dirigida à Câmara e à Guarda Nacional Republicana em devido tempo – num ofício que eu tenho aqui (que vou dispensar-me de ler por uma questão de abreviar a minha intervenção), onde pedia a benevolência e a atenção das partes para resolvermos o assunto. A Guarda Nacional Republicana respondeu – a meu ver bem, mas em termos que não servem para nada. Por exemplo: disse-me que estavam a cumprir a lei e que as viaturas que passavam não podiam ser impedidas, e que os carros tinham que desaparecer dali. O que é que sucede? Passam camiões a derramar carga, com excesso de velocidade, a fazer o buzirão, a deitar os beirais a baixo... peço à autoridade que ponha lá a máquina a filmar os indivíduos para os travar ou peço à Câmara para pôr lombas — dizem que tecnicamente é imperfeito pôr as lombas. A Guarda Republicana diz-me que não tem material, mas tem a habilidade de ir para lá por exemplo como no outro dia, três patrulhas, três casais, agradáveis (uma senhora e um homem), e ao longo da via, às oito horas da manhã, quem ia à peixaria e estacionava era multado; quem foi comprar um ramo de flores para um parente que morreu (à florista) era multado; outro indivíduo que foi tratar de um outro assunto qualquer ao banco foi multado; o indivíduo que foi à Igreja, não pode ir à Igreja, porque deixou o carro como de costume e foi multado.

Por conseguinte, isto é uma razia e não há apelo nem agravo. E eu mesmo, já tive uma intervenção directa num desses casos em que os dois agentes multaram tudo a eito – eram bilhetes nos pára-brisas todos dos carros por ali a baixo. Mandaram-me parar, que eu ia na minha scooter e disseram-me: “Ó Senhor Abreu, intervenha aqui, porque isto é uma desgraça, a gente não pode parar, e tal, e coisa...”. Eu parei, fiz ver ao comandante da patrulha: - olhe que as minhas palavras, não podem ser interpretadas como uma intervenção no serviço da autoridade; eu não tenho direito de o fazer e não o vou fazer, no entanto peço ao senhor que intervenha junto do seu colega que está ali a dar um espectáculo desagradável e deprimente, até para a própria autoridade!? E então o que é que o individuo estava a fazer? A obrigar uma jovem, casada, de vinte e tal anos, a empurra-la, pisou-lhe os braços; com o transmissor meteu-lhe debaixo do abdómen, pisou-a e ameaçou-a com algemas porque queria que ela tirasse o carro. O carro era do marido, ela não tinha a chave; ela queria ir telefonar e ele não a queria deixar ir telefonar. Isto são situações que não dão brilho à própria autoridade. E eu que fui sempre um intransigente defensor das autoridades; eu fui sempre um colaborador com a própria autoridade, neste caso concreto, a minha alma salta e eu não posso suportar uma coisa destas. O que é que sucedeu? Fomos para Tribunal, eu ofereci-me como testemunha e a senhora foi absolvida. Só tenho pena do assunto não se ter passado directamente comigo porque teria que fazer a participação dentro do organismo na Guarda Nacional Republicana, para dentro da própria Guarda haver alguém que puxasse as orelhas ao sujeito. O próprio comandante da patrulha me referiu na altura: - “éh pá, o meu colega está ali a arranjar um problema do arco-da-velha” e tirou os tickets todos dos carros para não alarmar mais a confusão.

Mas isto não fica por aqui, porque há poucos dias na Rua José Estêvão, em que a sinalização foi agora imposta e impede a passagem de pesados, uma patrulha da Polícia Municipal mandou parar o Senhor Fernando Barbosa, morador na Rua da Senhora da Graça e diz-lhe assim: “O Senhor tem carta de pesados?” “- Não, não tenho! Nunca tive. Tenho carta é de ligeiros”. “Então o Senhor não conhece aquele sinal que está ali? Ah não! Então vire lá o carro e ponha-se a andar daqui para fora”. “- Não, eu não viro o carro! Eu vou ver o sinal. Só se o sinal foi posto ontem, mas eu conheço muito bem isto!”. E foi ver. “O Senhor está a brincar comigo, não?”. Vem outro, manda-o parar na mesma altura, também lhe diz a mesma coisa e depois chama lá o companheiro dele e diz assim: “Ó Nuno, anda cá!”; e começaram a conversar (desculpem a expressão popular),

“enrolaram conversa” e mandaram os sujeitos embora. Por conseguinte, são atitudes que não podem passar despercebidas. Outra vez, agora, recentemente há dias, num sítio recôndito de Eixo mandam parar uma senhora que começou a andar com a sua viatura (não a mandaram parar, riram-se para ela), ela arrancou com a viatura e ia a pôr o cinto..., apareceram-lhe 24 contos para pagar em casa!? Por conseguinte, a população de Eixo, os bancos, as farmácias (que é tudo ao longo daquela via), está tudo em polvorosa, e querem recolher assinaturas e querem vir para a Câmara. Eu vou dentro de dias apresentar o problema, vou pedir uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, com o Senhor Vereador, para ver se encontramos uma solução para o problema. Porque o que falta ali (e eu estou de posse de um parecer técnico feito por um engenheiro que por acaso conhece a situação no local, que tem uma opinião completamente diferente), o que falta ali Senhor Presidente, é apenas os sinais que nós já pedimos para que a Câmara pusesse os sinais. Há sítios naquela via que tem que ser posto sentido proibido, mas a maior parte dos bocados que a gente pode aproveitar, temos que viver com aquilo que temos. Não podemos matar o comércio, os bancos. Um funcionário que vai à mercearia comprar qualquer coisa, não podemos matar essa gente, senão eles têm de fechar a porta! Isto é para verificar e concomitantemente com esta situação, tenho pedido o apoio da polícia para o número de roubos que este ano o campo de Eixo teve, feitos principalmente – não tenho nada contra a etnia cigana (essa minoria), mas tenho que dizer, pela etnia cigana, que de uma maneira desabrida têm vindo a actuar no campo de Eixo. Aliás, eu apresentei à Câmara agora há dias uma proposta para resolver esse assunto. Quem respondeu à minha preocupação foi o Senhor Governador Civil! Estou a organizar a resposta ao Senhor Governador Civil, mas a Câmara até agora ainda não me disse nada. Por conseguinte os roubos continuam, as ameaças e as agressões a cidadãos da minha freguesia têm sido uma constante. Eu tenho aqui uma relação que não quero alongar mais, nem quero estar a gastar mais tempo, tenho aqui uma relação de intervenções com os ciganos que mete medo (no campo de Eixo), em gasóleo, viaturas arrombadas, agressões a cidadãos – ninguém pode ir para o campo hoje sem ir armado. Roubo da base do sistema de rega 200 ou 300 contos; milhares de litros de gasóleo. Quer-se dizer, eu quero, eu pretendo, eu exijo, que a acção preventiva das autoridades, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana e da Polícia Municipal, com a ajuda da própria Junta, se debrucem sobre os casos que eu estou a focar. E não vão paulatinamente com a caneta na mão e com o livrinho autuar toda a gente por ali a baixo. Eu não me quero alongar mais, e poderia dar muitos mais exemplos, mas vai o meu desgosto no sentido de as coisas não saírem a seu tempo. Eu já alertei esta situação há bastante tempo e as coisas continuam como dantes. Peço efectivamente ao Senhor Presidente da Câmara e ao Vereador respectivo, que dispensem algum tempo para estudarmos em conjunto a situação e criar condições para que as pessoas, a população de Eixo, não tenha razão de andar revoltada.”

Vogal Diamantino Jorge (IND.)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

D

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu quero saudar as pessoas e agradecer e sentir-me muito honrado pelas referências que fizeram à Junta de Freguesia de Oliveirinha e à minha própria pessoa. Muito obrigado, bem hajam. Espero continuar a merecer esse apreço e esses qualificativos.

Dr. Jorge Nascimento, falou da Praça Marquês de Pombal em tom elogioso (não está cá, mas refiro-o aqui), falou do estádio (está? Muito bem Senhor Doutor) está bem, são coisas que nós devemos referenciar; somos pessoas de bem. O Teatro Aveirense parece-me que vai ficar bonito. Passando de lado aquele “mamarracho” que está lá no topo que desfeia a

arquitectura daquela zona da cidade... parece que era uma questão que era indispensável!? Obviamente que a Assembleia Municipal, a chamada “Capitania”, parece-me que vai ficar bonita Senhor Presidente, espero que a qualidade interior esteja de acordo com o conforto exigido para uma Assembleia que se preza. Mas fica por fazer uma obra, uma obra de bandeira para nós. Caro Manuel António, nós os do PSD, essa vai ser a nossa obra: a Praça do Município só vai ser uma praça digna de uma cidade de primeira linha europeia, quando fizermos aquilo que eu sempre preconizei e sonhei para aquela praça — e que sei que tenho o apoio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Aqueles “mamarrachos” deitados abaixo; o José Estêvão virado ao contrário; e aquela escadaria em direcção à Ria. Eu estou a imaginar esse dia — o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já disse um dia que estava de acordo comigo!

Mas Senhor Presidente, sem dúvida que essas são obras que qualificam. Eu fui sempre um céptico quanto à questão do Estádio, na perspectiva da despesa. Tendo presente uma forte consciência que tenho, que quando os recursos não são suficientes, obviamente tem que se qualificar a vida dos portugueses. Está muita gente a sofrer, Senhor Presidente! O Estádio está muito bonito, não me custa nada dizer (e eu devo dizer-lhe que no exterior eu defendo obviamente o meu município), não é pelo facto de ser adversário da Câmara que estou a falar contra a minha Câmara. Há uma componente que eu não gosto nada de ouvir, mas enfim, já temos falado sobre isso hoje não vou aqui repetir. Mas defendo o meu município, defendo a visão estratégica que teve a Câmara. Alguém me dizia há dias que a visão não foi desta Câmara, foi da Câmara do Prf. Celso e do Dr. Girão – da última, mas a visão estratégica que teve a Câmara Municipal enquanto órgão, esteja quem esteja, de colocar o Estádio no local que está. É uma referência que eu faço sistematicamente e que tem recebido encómios. Posso-lhe dizer Senhor Presidente, por esse país fora, há grandes referências a quem conhece a localização do estádio. É realmente uma localização de futuro e isso vem ao encontro afinal (e eu fico orgulhoso), de há muitos anos que eu pugno por este tipo de localização. E lanço aqui um repto Senhor Presidente da Câmara — o chamado Pavilhão de Exposições de Aveiro deveria estar junto do Estádio e não no sítio onde está. Comprometeu o futuro do desenvolvimento, da qualidade das exposições de Aveiro; aí não se pensou em grande! Manteve-se um erro que vem de trás. Olhe, vem do tempo do Dr. Girão, digamos as coisas. Eu insurgi-me sempre contra aquilo. Eu sempre achei que os pavilhões, as infra-estruturas pesadas da cidade de Aveiro deviam estar na confluência do ICI com o Eixo Estruturante – Eu sempre disse isto. Há anos que eu ando a dizer isto! Até que enfim que alguém fez alguma coisa: o Estádio! É pena que os pavilhões, essas coisas importantes da nossa vida não tenham ido para lá.

Mas Senhor Presidente, quando há pouco me falava de que “vem dando às freguesias”, o Senhor Presidente está a ver mal a questão (sem ofensa para a sua inteligência, reconhecida por todos). Ó Senhor Presidente, vossa excelência não dá nada às Juntas de Freguesia?! As Juntas de Freguesia é que dão muito à Câmara Senhor Presidente, ao assumirem competências e executarem essas competências a preços de “uva mijona” que a Câmara não teria nenhuma hipótese de fazer. As Juntas de Freguesia é que dão à Câmara, Senhor Presidente! Dão os seus Presidentes muito trabalho, sacrifícios de toda a ordem: familiar, pessoal, financeiro. E olhe, pela parte que me toca, passo a imodéstia e com tristeza (o Senhor Vereador Eduardo feio sabe), até dão as férias! Eu não tive um dia de férias este Verão (com problemas gravíssimos lá em casa, como imaginam, não é) por causa das escolas desta freguesia; por causa do relvado; dessas coisas todas. Não quero estar-vos aqui a incomodar com isso. Mas é bom que o Senhor Presidente tenha consciência que não é a Câmara que dá às Juntas de Freguesia. Os membros das Juntas de Freguesia é que dão muito de seu (aquilo que pode e que não podem) a favor das obras e do desenvolvimento do município e das competências desse município. Portanto, quem tem

que agradecer aqui não é as Juntas à Câmara, é a Câmara que tem que agradecer às Juntas de Freguesia e aos seus autarcas.

E depois dizer-lhe Senhor Presidente: há bocadinho dizia à Senhora Vereadora Eng^a Lusitana Fonseca, que nós temos no país, temos uma classe política bem pensante; uns assim-assim e tal; mas temos 48.300 tolos. Quem são estes 48.300 tolos? São os autarcas de Freguesia. Os autarcas de Freguesia são aqueles que pagam para ser autarcas!?! Os outros, a classe política em geral recebendo mal, alguns eu admito, esses recebem alguma coisa. Estes 48.300 tolos, pagam para fazer aquilo que fazem a favor das suas comunidades — e é bom que isso esteja presente no espírito de todos nós.

Também quero aqui saudar obviamente o Professor Rosa Pires e o Doutor Girão Pereira. Meus velhos e conhecidos amigos da Assembleia Municipal. O Senhor Custódio Ramos, de tantas noites nesta Assembleia, de grandes debates que sempre o Professor Rosa Pires, sempre com aquela elegância e o saber técnico que apresentava nas suas exposições na Assembleia Municipal, muito mais virado para os aspectos técnicos da sua intervenção do que para a política — como nós fazemos — ele era um educador nessa perspectiva e desse ponto de vista eu saúdo-o. Obviamente, que a CCDR do Centro vai ganhar muito com a presença do Prof. Rosa Pires e os seus conhecimentos e a sua competência técnica. E por outro lado, também vai ganhar muito com a experiência e o saber acumulado, o relacionamento institucional do Doutor Girão Pereira. Obviamente, que eu penso que essas duas figuras importantes da vida aveirense, penso que são uma mais-valia fundamental. Se a essas pessoas aliarmos o actual Presidente da Câmara e este vosso criado, que são membros do Conselho Geral da CCDR, então estamos bem, não é verdade. Senhor Presidente, temos de fazer lobbie por Aveiro! E aí faremos todos lobbie por Aveiro. Vamos a isso.

Há bocadinho o Senhor Abreu lamentava-se aqui de uma coisa e eu estava-me ali a pensar para dentro e no meu cantinho: as multas!?! Oh Senhor Abreu, Caro Amigo e Colega: se eu fosse a falar de multas eu estava aqui toda a noite. Eu não lhe digo nem lhe conto que é uma vergonha para mim. É raro o dia que eu não apanho multas. Nem lhe digo porquê, porque não vale a pena; eu ando muito nas auto-estradas e tal... enfim.

As escolas Senhor Vereador Eduardo Feio. Eu antigamente fazia este tipo de comparação: na freguesia tal fez-se isto. Já não faço; não fica bem, não se deve fazer. Mas devo-lhe dizer, que ando cansado de lhe pedir as lombas para as escolas de Oliveirinha. E há dias, recebi do Senhor Director Administrativo (Dr. Portugal) um ofício a comunicar-me que a Câmara tinha deliberado colocar uma lomba na Escola da Costa do Valado — apesar de eu ter pedido para todas as escolas da freguesia!?! Eu julgo saber qual é a explicação que não vinha lá, porque é que não se punha nos outros locais. A explicação é que os outros locais têm cubos de granito. Mas é fácil tirar uma quantidade de cubos de granito e pôr asfalto e colocar lá as lombas — têm o mesmo resultado. Ainda hoje os pais me questionavam: eu posso lhes dizer, que ainda hoje um pai me questionava, porque é que nas outras freguesias há e na nossa não há? E quando esse pai me disse isso esta manhã, eu lembrei-me logo da Assembleia de Freguesia de ontem, onde veio um cidadão dizer assim: “A Junta da Freguesia de Oliveirinha é incompetente.” “O Presidente da Junta não faz nada.” Bem, eu tive que o ouvir, claro. Isto era a propósito das acessibilidades no âmbito do ICI e das complicações inerentes. É que nós levamos aqui pancada todos os dias como sabe e estamos a fazer o possível para ajudar.

Quanto às palavras sempre sábias do nosso Colega Eng.º Diamantino Jorge. Caro Colega Eng.º Diamantino, é óbvio que nós somos uns lutadores. O Senhor também é que eu sei. Somos todos os Presidentes de Junta, somos todos uns lutadores, senão não pagaríamos para ser. Nós temos prazer nisso e como tal pagamos para travar aquela luta. Esta relação de proximidade com as pessoas que nós temos são uma compensação fantástica que nós

temos na nossa vida, pese os prejuízos de caris monetário que todos nós sofremos, mas também de vez em quando lá vem uma palavra de agradecimento de uma pessoa muito humilde e eu por isso já me sinto satisfeito se ajudar uma pessoa humilde.

Senhor Presidente, agora deixe-me terminar referindo-me aqui ao meu companheiro e amigo Manuel António. Quanto à ruralidade e à urbanidade de luxo, isto poderia ser um bocado assim. Já agora lhe digo, poderia ser, se o Senhor Presidente da Câmara me desse ouvidos. O Senhor Presidente da Câmara poderia por exemplo construir a sua futura mansão na freguesia de Oliveirinha, numa zona lindíssima que eu reputo de quase tão bonita como aquela onde ele pretende edificar a sua moradia. Com a grande vantagem: é que a dele vai estar virada para norte e a minha estaria virada para nascente e protegida dos ventos dominantes — e aí haveria, numa zona que nós chamamos “Quintas de Aveiro” (até o nome é bonito), uma urbanização que feito o marketing adequado e uma planificação de qualidade, de top. Mas para a classe média, que também tem direito, as pessoas com mais limitações, também temos a urbanização municipal do Picôto.

Senhor Presidente, eu hoje abordei a questão com uma pessoa que o senhor conhece bem, e essa pessoa não se pôs fora de uma solução conjunta. Eu não gostaria de ver suspensa a efectividade do Plano de Pormenor do Picôto. O Plano de Pormenor do Picôto é uma coisa muito bem conseguida em termos de planeamento urbano. Eu gosto muito daquele Plano e eu não gostaria de ver suspensa a eficácia daquele Plano. Gostaria é que o Senhor Presidente da Câmara, “Nós” – eu também colaboro Senhor Presidente, nos juntássemos para viabilizar a Urbanização do Picôto que pode ser uma coisa lindíssima para as pessoas. Não para o luxo, mas para a classe média que tivesse alguma capacidade para fazer ali a sua moradia e comprar o lote. E nessa perspectiva e nesse ponto de vista, Caro Manuel António, temos além das couves, obviamente, também temos o cheiro do pinhal; podemos ter aí umas coisas bonitas e de vez enquando também temos umas rojoadas.... Também temos algumas coisas boas, não é só más. Más, só aquilo que depende da Câmara, como as estradas e o saneamento.”

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal:

E

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

“Bem, se calhar começando mesmo pela Praça Marquês de Pombal. Como todos se aperceberam e a intervenção do Eng.º Diamantino Jorge lembrou isso, a zona envolvente da Praça ainda não está concluída. Há um conjunto de arruamentos laterais que ficaram muito danificados com as obras e que irão ser refeitos — e isso é de facto importante. E aquela plataforma onde esteve o estaleiro e onde no futuro irá nascer o novo Tribunal de Aveiro, esperemos que a tempo de albergar o Tribunal Administrativo, porque me parece que a lógica de ele ter ido para Viseu foi mesmo só uma lógica de ter um edifício disponível. Mas está previsto que de facto nasça ali o novo Tribunal Administrativo, o que do meu ponto de vista, do ponto de vista da Câmara, é uma ótima opção, remata com um edifício nobre aquela praça. Mas até lá e porque se antevê no mínimo dois ou três anos para a sua construção, a Câmara irá alindar a zona, fazer ali um relvado e eventualmente na zona que dá para a Avenida Central reservar uma zona, uma área para autocarros de passageiros de turismo, que neste momento tem muitas dificuldades em estacionar na cidade e que estacionando ali directamente com a entrada a partir da Avenida Central poderão descarregar as pessoas para as visitas ao Museu, ao Parque, e a partir dali a pé até à baixa. É o que está pensado para arranjo provisório. É relativamente barato fazê-lo e de facto a zona envolvente ficará muito qualificada com esta pequena intervenção.

Como o Senhor Presidente lembrou e bem faltam ali floreiras (que já estão encomendadas) faltam as esplanadas; e a questão do antigo quartel dos bombeiros está a ser estudada. Inicialmente, há bocado conversávamos ali, de facto há muitos anos que eu também idealizava a demolição daquele imóvel para fazer valorizar o Convento, demolindo aquele edifício. Hoje em dia temos evoluído para uma perspectiva diferente no seio do Executivo camarário e estamos a analisar a possibilidade de o recuperar, até porque como é do conhecimento público nós tínhamos a intenção de na parte administrativa do convento alojar algumas associações culturais e portanto, o espaço do antigo quartel dos bombeiros tem características que podem ser muito interessantes para acolher algumas associações culturais. É um espaço amplo no rés-do-chão e no primeiro andar, servindo ainda de algum ponto de apoio administrativo. E recuperado, não com a forma como está agora, que está de facto decrépito e com cores que não se adaptam, pode até do ponto de vista arquitectónico ser um edifício com alguma singularidade. E no fundo é uma das memórias daquela praça que pode ser mantida. Estamos a avaliar isso e julgo que as duas hipóteses têm bons fundamentos; uma ou outra.

Depois, sobre o Estádio. Eu gostava de dizer ao António Granjeia que certamente não foi à inauguração do Estádio a Coimbra!? Eu não quero estar aqui a fazer obviamente comparações com Coimbra, mas se invocam Coimbra para denegrir a inauguração de Aveiro, eu tenho que lhe dizer que o António Granjeia não esteve de certeza na inauguração de Coimbra, porque houve dois momentos e o António Granjeia está a confundir os dois. Uma coisa foi a cerimónia de inauguração onde eu estive presente, que foi a equivalente àquela que nós fizemos ontem. E deixe-me dizer-lhe – eu não vou dizer que a de Coimbra correu mal, vou dizer que a nossa correu muito melhor. Outra coisa foi o espectáculo com os “Rolling Stones”, que foi três semanas depois e que foi um enormíssimo sucesso. Quero aqui cumprimentar o meu colega de Coimbra, foi um espectáculo memorável, de grande qualidade cénica, musical, e o velhinho envergonhou-nos a todos; com 62 anos deu um espectáculo de grande vitalidade.

Isto para dizer e voltando à nossa cerimónia e o que se pretendeu ontem, foi apenas ter um momento protocolar que assinalasse a conclusão das obras sem prejuízo da grande festa de inauguração, que será feita num formato diferente daquele que optou Coimbra, através (se tudo se confirmar), de um jogo da Selecção Nacional no dia 15 de Novembro. Julgo que é uma forma muito digna e muito interessante de inaugurarmos o Estádio e portanto, não queria que houvesse aí nenhuma confusão. Eles em Coimbra tiveram a mesma cerimónia que nós tivemos ontem, com muito menos sorte do que nós tivemos – apesar de tudo o que se passou.

Depois, queria dizer-vos quanto ao custo do Estádio. Tudo aquilo que o Granjeia referiu não é senão... e os números que foram sendo veiculados foram pelo contrário um exercício de total transparência e rigor. Nós à medida que a obra foi evoluindo fomos anunciando exactamente aquilo que pensávamos que a obra ia custar. E ainda bem que assim foi. A certa altura até anunciámos um valor mais elevado porque a gestão muito criteriosa e muito rigorosa que foi sendo feita, permitiu-nos chegar ao fim da obra com esse valor que foi ontem anunciado e que é um valor que nos deve encher de orgulho. Não é muito frequente – eu vou dizer: é mesmo muito raro, que numa obra desta complexidade se consiga chegar ao fim com 3,5% de trabalhos a mais. O Tribunal de Contas só acende a campainha de alarme a partir dos 15%, e só a partir dos 25% é que levanta problemas. Numa obra desta dimensão, termos esta gestão, quase que é politicamente irrelevante esta pequena diferença. É de facto, um exemplo de gestão quase modelar. Porque é que há outros números que se crescem? O Granjeia sabe e bem, portanto, deve distinguir as coisas (nós também sempre o distinguimos), porque há cláusulas de revisão de preços, há

as acessibilidades, e tudo isso ainda tem que ser somado — infelizmente ainda há muito dinheiro para gastar.

Quanto dinheiro é que entrou por parte do Estado? A obra está pronta e eu queria dizer-vos que devemos ter recebido 600 mil contos (para falar em contos) e não recebemos nenhum ainda da parte das acessibilidades. E portanto, gostei muito de ouvir ontem o que ouvi, e o que disse na minha intervenção não foi para..., acho que o momento não é sinceramente para estarmos a criar ruído e um ambiente de críticas internas a este processo do Estádio. É desequilibrado do que se está a passar. Não é justo, acho que a história um dia contará a verdade sobre estes desequilíbrios e se eles eram justificados. Mas acho que agora temos é que andar para a frente e criar todas as condições para que o EURO seja um sucesso e há ainda um ano pela frente e muito trabalho para fazer para que isso de facto possa concretizar-se.

E porque estamos em Oliveirinha. já há bocado o referi, vale a pena lembrar isso sim que não estamos só a fazer o EURO, que estamos a qualificar toda a rede desportiva dos clubes amadores (e vão três e mais se seguirão), se as finanças o permitirem. Vamos conseguir chegar ao EURO como eu tinha desejado há dois. Não apenas com o novo estádio, mas com uma rede de complexos desportivos das actividades amadoras, com bons relvados, bons campos pelados para treinar, boa iluminação e bons balneários. É um modelo que temos vindo a seguir e Oliveirinha vai ter também (está pronto já) um complexo desses.

Sobre as tarifas. Tivemos aqui um município, o Senhor Armindo (que eu não sei se ainda está presente), mas que nos trouxe um abaixo-assinado com mil e tal assinaturas — e o Salavessa disse que eram muitas. Eu acho que são poucas! Eu acho que são muito poucas assinaturas, devo dizer. Por que é evidente, como eu dizia há bocado ao António Salavessa, se eu não andasse nestas coisas e me cruzasse com o António Salavessa nas Pontes ou no Mercado de Santiago e me pusessem um abaixo-assinado a dizer: “olhe, não acha que está a pagar muito de tarifa do lixo? Não gostava de pagar menos?” Ai, eu assinava! Toda a gente assina! Portanto, eu acho que são muito poucas. Mas se perguntarem às mesmas pessoas se a pergunta for outra; se a pergunta for: “olhe, não acha que é agradável viver na cidade mais limpa do país?” Toda a gente assina. E garanto-lhe que tenho muito mais do que mil; tenho 3, 5, 10 mil assinaturas. E portanto, depende da pergunta que se faz e da forma como se induzem as pessoas. Não é acaso que todos os municípios — o Salavessa vai-me dizer que os municípios do PCP que estão a aplicar o mesmo sistema da Câmara de Aveiro, estão a divergir da doutrina oficial do PCP, mas enfim, é uma explicação que vale o que vale. Os do PSD a mesma coisa, estão a aplicar o mesmo tipo de sistema. E ainda aqui agora ao lado o nosso colega da Câmara de Ílhavo, a Assembleia Municipal aprovou exactamente o mesmo sistema de Aveiro, com 5 cêntimos a menos. E portanto, até que as soluções ideais, que são conhecidas, sejam exequíveis, estamos com o melhor sistema. E isto implica de facto um custo acrescido, mas também temos um bem-estar acrescido. Estas coisas têm que ser sustentáveis e portanto, eu compreendo politicamente a iniciativa do abaixo-assinado, mas tenho que o desvalorizar e espero que as pessoas gradualmente vão aceitando este encargo que é um encargo com contrapartida visível.

A questão das facturas bimensais. Está-me aqui a lembrar o Feio, também tem uma explicação: é que se nós passássemos a facturar mensalmente custava isso mais umas dezenas de milhares de contos ao município e portanto aos munícipes, e nós tínhamos de os fazer repercutir de uma forma qualquer. Eu aliás tomei essa iniciativa junto dos Serviços de pedir para que fosse estudada essa possibilidade. Passámos a facturar mensalmente porque todos nós recebemos mensalmente e de facto de dois em dois meses pagar uma factura mais pesada altera-nos o orçamento e a nossa economia doméstica e familiar. Infelizmente é um sistema que está assim há dois anos e que implica a sua mudança por uma simples operação matemática, para além das dificuldades jurídicas e burocráticas

para a mudança, tem que se facturar duas vezes a mesma coisa. se nós só facturarmos uma vez por mês – se o fizermos uma vez em cada mês, temos de duplicar a facturação, os papeis os correios, são mais, é o dobro, é exactamente o dobro. E portanto, neste momento julgo que do ponto de vista da gestão dos Serviços continua a ser a melhor solução, tudo visto e ponderado.

Porque é que eu não respondi ao António Salavessa e não respondi ao António Granjeia. Não foi para desconsiderar e desprezar a Assembleia Municipal. As explicações têm sido aqui dadas. E eu não podia responder ao António Salavessa, como eu julgo que bem percebeu da forma como correu a última Assembleia Municipal, porque não há nenhum contrato novo com a SUMA!? O que eu disse nesta Assembleia foi que nós tínhamos renegociado o equilíbrio desse contrato — e foi muito claro e disse até que tínhamos denunciado e enviado a carta de denúncia do contrato para acautelar a eventualidade das negociações correrem mal. Como elas correram bem, nós não tivemos de ir até ao fim com a denúncia do contrato e portanto, não há um novo contrato com a SUMA.

Conseguimos foi: no âmbito do mesmo contrato os tais ganhos substanciais que referi e que nos levam a estar satisfeitos com o contrato com a SUMA, que nos levam também dada a evolução que o mercado tem tido a estar muito atentos à monitorização deste contrato; como disse na última Assembleia. Até ao fim do ano tornamos a ter a possibilidade de o resgatar e portanto, em termos negociais, tentamos melhorar ainda a situação. É um sector que está em grande evolução, com grandes mudanças, com aquisições de empresas, com preços que estão a variar significativamente nos últimos tempos e portanto, estamos muito atentos a isso e provavelmente faremos mesmo, tomaremos mesmo essa decisão de gestão do contrato.

E também não respondi ao António Granjeia, aí por uma outra razão. É que (eu vou dizer uma coisa que o vai deixar surpreso, mas que me vai dar muito prazer dizer), nós não temos dívidas à SUMA, nem temos dívidas à SIMRia. (naquele dia não sei, mas está-me a dar prazer dizer isto agora). António Granjeia, o que eu lhe estou a dizer agora é que neste momento nós temos a relação com a SUMA estabilizada e estamos a cumprir pontualmente os pagamentos à SUMA e não temos dívidas à SIMRia porque temos uma situação com a SIMRia que ainda não está esclarecida. Mas formalmente não existem dívidas à SIMRia neste momento. Existe uma outra situação que tem que ser esclarecida, que está a ser esclarecida, mas se for à nossa contabilidade não encontrará dívidas da SIMRia por uma razão simples que eu poderei explicar e que julgo que o António Granjeia conhece bem, mas é uma matéria que estamos a procurar resolver a contento de ambas as partes.

A Pateira de Requeixo. A Pateira de Requeixo, eu ouvi com muita atenção e sentindo muito as palavras daquilo que disse o Senhor Presidente da Junta de Requeixo. É de facto lamentável o que se tem passado. E eu aí não tenho senão fazer coro consigo, juntar a minha à sua voz, e todos a devemos juntar para fazer coro, para fazermos todos coro porque de facto Aveiro continua a ser desconsiderado nesta questão. A última grande promessa para a resolução da questão da SIMRia, convém que todos nos lembremos disso, foi do Governo do PS, que tão criticado tem sido pelo governo do PSD, em que o Senhor Ministro José Sócrates mandou a SIMRia - e em todas as reuniões da SIMRia eu lembro isto (sempre que em falam e lembram a Barrinha de Paramos/Esmoriz), eu imediatamente lembro a Pateira de Requeixo/Fermentelos, porque a SIMRia ficou mandatada para recuperar despoluir e regularizar a Pateira de Fermentelos/Requeixo, com um montante estimado em 5 milhões de contos (salvo erro), na época. Era bom perguntar à SIMRia e perguntar ao Governo o que é que aconteceu a esse projecto, porque as informações que temos é que ele não consta actualmente do programa de trabalhos da SIMRia, apesar de em Paramos e na Barrinha de Esmoriz o projecto ter avançado. E portanto, Senhor Presidente da Junta, para a solução global o estudo foi feito, foi orçamentado, foi

estimado, foi anunciado com pompa e circunstância pelo Senhor Ministro José Sócrates em Espinho, e a Administração da SIMRia assumiu e era um projecto que neste momento poderia estar em execução. E portanto, esperamos que essas verbas não tenham sido canalizadas para outras paragens e que o Senhor Ministro do Ambiente e os órgãos da SIMRia não se esqueçam dessa responsabilidade que foi assumida perante todos os municípios que integram a SIMRia e a Associação de Municípios da Ria.

De resto, a intervenção pontual que referiu, enfim, eu não quero dizer mais nada. Acho que foi um triste episódio em que o Senhor Ministro veio a Aveiro, veio à Pateira, não se lembrou ou não o informaram..., não tinha se calhar a obrigação de saber. Mas tinha, é deputado por Aveiro, não teve a cortesia de convidar o Senhor Presidente da Junta de Requeixo, não teve a cortesia de convidar o Presidente de Câmara de Aveiro e ali mesmo, num acto de grande voluntarismo ordenou a construção do dique sem ter a prudência de pensar o que iria acontecer do lado de lá da Pateira depois do dique ter sido construído. Isto foi um episódio delicioso! É um episódio para esquecer. Penso que as pessoas envolvidas já se aperceberam que houve ali precipitação e está ultrapassado. O que nós gostávamos de ver todos era de facto a despoluição e o sistema da SIMRia que vai permitir recolher os efluentes dos veios de água que estão poluídos e que drenam para a Pateira e a solução global da Pateira a avançar. Tem potencialidades enormes como todos sabemos. Há um tipo de turismo não agressivo que pode ser feito com muita qualidade em torno da Pateira, de todos os lados, e há estudos já feitos nesse sentido, mas é evidente que tudo passa pelo essencial, que é regularizarmos e despoluirmos a Pateira. E julgo que esta é uma luta que nos deve unir a todos independentemente das sensibilidades políticas. Há anos que eu saiba, já é a segunda vez que a Pateira passa ao lado de um pacote de 4 milhões de contos para ser recuperada. Passa ao lado e por razões estritamente políticas do Poder Central e portanto isto é gravíssimo — e temos que estar todos no mesmo lado neste combate.

Sobre a Marina da Barra eu não queria dizer nada.

Eu queria-vos falar da Ria Formosa. E queria-vos dizer que estou convencido que se amanhã nos telejornais ouvíssemos uma notícia dizendo que alguém queria aterrorizar 5 hectares na Ria Formosa para construir cinquenta apartamentos, isto dava notícia de abertura, escândalo, investigações, não havia Secretário de Estado que resistisse. E não queria dizer mais nada!

Depois queria falar-vos ainda das dívidas às freguesias. Doutor Manuel Coimbra, eu também lhe queria dar uma grande alegria: é que nós não devemos (se a minha informação está actualizada) 300 mil euros às juntas de freguesia. Neste sentido, foram, apesar de todas..., Senhor Armando Vieira, só se ainda não foi à caixa!? De facto eu gostava de sublinhar isto porque como sabem este ano foi um ano particularmente difícil e está a ser. Nós temos uma quebra de SISA superior a 200 mil contos por causa da alteração que o governo introduziu; quando nos disseram que estivéssemos descansados que a receita ia aumentar. E portanto, quando a Câmara se tinha comprometido na aprovação de Plano de Actividades e Orçamento a transferir 100 mil contos das suas competências para a Juntas, quando nos tiram 200 mil..., nós estávamos sem meios. E portanto, gostava de dizer que a Câmara porque justamente atribui muita importância a este trabalho da delegação de competências (e quero absolutamente valorizar o trabalho dos Presidentes de Junta e dos Executivos da Junta), não obstante as dificuldades financeiras que o país atravessa, que se reflectem obviamente na Câmara Municipal de Aveiro. No ano em que estamos a construir o estádio, no ano em que estamos... enfim, eu não vou repetir outra vez as obras, nós vamos transferir – transferimos já - todas as verbas previstas na relação de competências até hoje, mais todos os duodécimos. Não há nada em atraso neste momento, quer das transferências mensais, quer das delegações de competências. E portanto, acho que isto é

de realçar e é com muito gosto que o realço, acreditem. Porque foi sempre muito penalizado e muito contrafeito que não conseguimos pontualmente atender às solicitações que eram expectáveis.

Queria ainda e porque foi referido por várias pessoas, as lombas Senhor Armando Vieira. As lombas a explicação que me deu aqui o Eduardo Feio, são muito simples. É que se tratam de estradas nacionais e portanto, entram nas estradas nacionais, não na nossa.

O Plano do Picôto certamente que é para manter, assim a economia o permita e apareçam os investidores; excelente! Estamos todos sintonizados em relação a isso.

A questão da GNR e da Polícia Municipal, e da insegurança em Eixo, Senhor Presidente da Junta. Ouvi-o com muita atenção, como sabe nós só podemos exercer aqui uma influência política junto da GNR. Não temos a tutela sobre a GNR. E são lamentáveis de facto os episódios que relatou, mas temos a maior confiança e temos o Comandante da GNR como uma pessoa bem formada e um bom Comandante. Espero que ele transmita – eu vou-lhe transmitir o que me fez saber e espero que no terreno possa sentir uma atitude diferente. São lamentáveis os incidentes que relatou, com os assaltos, com o aumento da insegurança, enfim, com atitudes menos correctas.

Sobre a Polícia Municipal, que também referiu e até porque outras pessoas se referiram à Polícia Municipal, eu gostava de passar a palavra ao Senhor Domingos Cerqueira para responder.”

Vereador Domingos Cerqueira

“Só queria dar alguns esclarecimentos acerca da Polícia Municipal a propósito das várias intervenções que se fizeram aqui. E eu a propósito disto estava-me a lembrar se não seria de instituir o dia 30 deste mês como o “Dia Municipal da Polícia Municipal”. Eu tive hoje uma reunião de três horas com a Polícia Municipal, tive hoje uma reunião com o antigo Director da Polícia, e hoje também foi a continuação desta meditação sobre a Polícia Municipal.

Aqui o Senhor Terra Sêca disse há bocadinho que não sabia as atribuições da Polícia Municipal! É evidente, que se eu sabia que a dúvida era essa tinha trazido as atribuições da Polícia Municipal que estão estabelecidas por Lei. Mas queria dar um esclarecimento: é que das muitas atribuições, só a fiscalização de obras absorve, tem um volume bastante grande para a Polícia Municipal. As atribuições no trânsito, no estacionamento, nos parómetros, na vigilância dos espaços públicos, na vigilância dos edifícios municipais, na fiscalização das deliberações camarárias, nos horários dos bares e dos restaurantes, nas feiras e mercados, no policiamento ambiental, etc. E temos catorze polícias municipais que trabalham em dois turnos de sete polícias cada um. Portanto, ao mesmo tempo em todo o concelho, nós temos sete polícias a trabalhar — são turnos de sete polícias. Portanto, temos de fazer “das tripas coração” para ir cumprindo algumas atribuições da Polícia Municipal, das muitas atribuições que temos de fazer como compreendem. E às vezes exigimos um esforço muito grande e uma dedicação muito grande a estes 14 agentes da Polícia Municipal. Queria dizer-vos que realmente o Senhor Director da Polícia Municipal pediu a demissão. E a prova de que se foi embora pacificamente é que eu soube que esteve hoje a despedir-se do Senhor Presidente da Câmara. Esteve hoje a despedir-se de mim, da Câmara, esteve hoje a despedir-se de todos os agentes da Polícia Municipal — apenas não se sentiu bem a comandar a Polícia. Era um homem que veio do exército e a Polícia Municipal que tem muito pouco a ver com o exército (tem de comum as fardas), entendeu dever ir-se embora. Porque havia e ele sentia, que havia coisas a corrigir e a rectificar que não estavam muito dentro do feitio de militar dele, estariam bem se calhar num polícia e entendeu pedir a demissão e foi-se embora nas melhores relações com toda a gente da Câmara, segundo me apercebi.

Mas em três horas que estive reunido com a Polícia Municipal, porque algumas críticas que foram aqui feitas e outras sugestões que nos têm chegado e muitas sugestões para melhorar aquele serviço e porque entendo que o serviço da Polícia Municipal é um serviço muito importante na Câmara, eu pedi aos agentes da Polícia Municipal que todos nos juntássemos para dar dignidade e prestígio à Polícia Municipal de Aveiro.

Estamos em fase de reavaliar o que estamos a fazer e não vale a pena andarmos lá dentro (não me estou a referir às vossas intervenções), a morder uns aos outros. Temos é de nos juntar todos, saber o que queremos, saber o que queremos e que temos de lutar para termos uma Polícia Municipal que é um serviço importante no concelho. E temos de ter uma Polícia Municipal muito digna, muito activa, muito rigorosa e a merecer um respeito de todo o concelho. Mas só o conseguimos se a começar por todos os autarcas, nós nos entendermos e se os autarcas nos ajudarem. Nós estamos interessados nisto. Estamos interessados em termos uma Polícia muito rigorosa e muito respeitada em todo o concelho. Não podemos é, a começar por nós autarcas, andarmos permanentemente e em público a criticar a Polícia Municipal. É gente nova, é gente que quer trabalhar, é gente que está a começar uma vida nova. Têm seis meses de Polícia, não sabem o que era ser polícia, estão a aprender a ser Polícias (não foi Churchill que disse). Penso que para ser polícia é preciso policiar todos os dias; é preciso andar na rua todos os dias; é preciso contactar com as pessoas todos os dias, e é preciso por vezes compreender que aquela gente nova por vezes é mais folgorosa na maneira como trata algum munícipe — espero que isso não se repita muito, mas estão a aprender a ser Polícias. E ou aprendem bem ou aprendem mal! Houve uma página que foi virada com a demissão do antigo Director da Polícia, estamos a tentar arranjar outro Director da Polícia e estamos a trabalhar por uma Polícia muito digna, muito rigorosa, e que mereça o respeito de todos. E eu com a responsabilidade que tenho na Polícia Municipal, eu pedia-vos que quando tivessem alguma crítica (o senhor Presidente de Requeixo e os outros senhores que falaram), telefonem para a Câmara, mandem um bilhete, digam alguma coisa, porque o nosso interesse é melhorar a Polícia Municipal — como estou convencido que é o vosso interesse.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal João Barbosa (PS)

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 03 de Outubro (6.ª feira), pelas 20:30 horas, no auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos.

Eram 00:30 horas do dia 01 de Outubro de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)